



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES  
DIRETORIA GERAL

## P R O T O C O L O

PROCESSO nº

163/2001

de 06 de agosto de 2001

INTERESSADO: COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

LOCALIDADE: BENTO GONÇALVES

ASSUNTO: ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

PROJETO-DE-~~LEI~~ Emenda à Lei Orgânica, nº 003 de 11 de julho de 2001.

COMISSÕES DE: Constituição e Justiça; Finanças e Orçamento.

ARQUIVADO EM: \_\_\_\_\_

Secretário-Geral

*Emenda à Lei Orgânica nº 003, de 08.08.2001*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro

Exmo.Sr.  
Vereador CLÓRIS PASQUALOTTO  
Presidente da Câmara Municipal  
NESTA CASA

CÂMARA MUNICIPAL  
DE BENTO GONÇALVES

163/2001  
PROTOCOLO

A COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, juntamente com os Vereadores que subscrevem o presente, vêm respeitosamente à presença de V.Exa., conforme determina o Artigo 36 da Lei Orgânica Municipal, encaminhar para apreciação e deliberação do Plenário, Projeto de Emenda à Lei Orgânica, acrescentando novos parágrafos ao artigo 99.

Nestes Termos,  
pedem deferimento.

Bento Gonçalves, 11 de julho de 2001.

  
Vereador **VALDECIR RUBBO**  
Presidente

  
Vereador **VOLNEI TESSER**  
Vice-Presidente

  
Vereador **OLMES PERTILE**  
Membro Efetivo

  


  


**APROVADO**

VOTAÇÃO: 1ª

por unanimidade

SALA DAS SESSÕES, 21/08/2001

DATA

Vereador

Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**

Palácio 11 de Outubro



**APROVADO**

VOTAÇÃO: 2ª e 3ª

por unanimidade

SALA DAS SESSÕES, 28/08/2001

DATA

Vereador

Presidente

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003, DE 11 DE JULHO DE 2001.

**ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.**

A MESA DIRETORA DO PODER LEGISLATIVO DE BENTO GONÇALVES, nos termos do Artigo 36, Item I, da Lei Orgânica Municipal, tendo presente a aprovação do Plenário, promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º – São acrescentados parágrafos ao Art. 99 da Lei Orgânica Municipal, com as seguintes redações:

§ 5º – Na última terça-feira, dos meses de maio, setembro e fevereiro, às 20(vinte) horas, os Poderes Executivo e Legislativo demonstrarão e avaliarão o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão Técnica Permanente de Finanças e Orçamento, observando o que determina a Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

I – Em caso de feriado nas datas estabelecidas no parágrafo anterior, a audiência pública será realizada no dia anterior, no mesmo horário.

§ 6º – Para o cumprimento do que determina o artigo 48 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, que trata dos Planos, Orçamentos e Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Comissão Técnica Permanente de Finanças e Orçamento com o referendado da Câmara Municipal, determinará as datas das audiências públicas.

Art. 2º – Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua promulgação.

SALA DAS SESSÕES FERNANDO FERRARI, aos onze dias do mês de julho e dois mil e um.

Vereador **CLÓRIS PASQUALOTTO**

Presidente

Vereador **ÊNIO DE PARIS**

1º Secretário

Vereadora **ELISABETH STEFENON**

Vice-Presidente

Vereador **ROBERTO LUNELLI**

2º Secretário





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro

**JUSTIFICATIVA**

Tendo em vista que a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) dispõe expressamente em seu artigo 9º, § 4º, a necessidade de realização de Audiência Pública quadrimestral nos finais dos meses de maio, setembro e fevereiro, a fim de que o Executivo e o Legislativo possam demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais.

Considerando, ainda, que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige no curso do processo legislativo das leis orçamentárias (Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias Anual), a realização de audiências públicas, conforme Artigo 48.

Por outro lado, conforme prevê o § único do artigo 48: A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, nada mais justo do que definir estas datas anteriormente, prevendo-as em nossa Lei Orgânica, que é a Lei máxima do Município de Bento Gonçalves.

Cabe salientar, que para o cumprimento do que determina o artigo 48, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, referente aos Planos, Orçamentos e Leis de Diretrizes Orçamentárias, a Comissão Técnica de Finanças e Orçamento, em conjunto com os Vereadores definirão as datas das audiências públicas.

Pelo exposto e, principalmente no intuito de dinamizarmos os necessários trabalhos do Legislativo, esperamos contar com a aprovação desta matéria pelos Nobres Pares desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2001.

Vereador **VALDECIR RUBBO**  
Presidente

Vereador **VOLNEI TESSER**  
Vice-Presidente

Vereador **OLMES PERTILE**  
Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

PARECER Nº 115  
Processo 163/2001

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003, de 11 de julho de 2001, que Acresce dispositivos à Lei Orgânica Municipal.

O referido Projeto visa a estipulação de dias pré-determinados para realização de audiência pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

A Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, em incentivo a transparência e participação popular na prestação de contas da administração pública, assim dispõe:

*Art. 48 – São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.*

*Parágrafo Único – A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.*

No tocante a regularidade do presente Projeto de Emenda, é de ser salientado que o mesmo obedece ao dispositivo estampado no artigos 36 da Lei Orgânica Municipal e deverá obedecer a tramitação especial prevista no Regimento Interno desta Casa.

Desta feita, esta Assessoria entende que o projeto apresentado segue as técnicas legislativas, apresentado condições para apreciação e votação pelo Plenário.

Palácio 11 de Outubro, aos oito dias do mês de agosto de dois mil e um.

Assessoria Jurídica:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**

PARECER:

Processo N.º: 163/2001

ASSUNTO: Acresce dispositivos à Lei Orgânica Municipal

AUTOR:

RELATOR: Vereador

Parecer COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça, após procederem análise ao Processo nº 163/2001, que "*Acresce dispositivos à Lei Orgânica Municipal*", exaram o seguinte parecer:

Segundo o Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal, o Município contará com a realização de audiências públicas, cumprindo desta forma a disposição existente na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

As audiências serão realizadas na última terça-feira dos meses de maio, setembro e fevereiro, onde os Poderes Executivo e Legislativo deverão demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Desta forma, esta Comissão entende que há condições para apreciação e deliberação do Projeto.

É o parecer.

Palácio 11 de Outubro, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e um.

  
Vereador **MARIO GABARDO**  
Presidente

  
Vereador **JAURI PEIXOTO**  
Vice-Presidente

  
Vereador **ENIO DE PARIS**  
Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**

PARECER:

Processo N.º: 163/2001

ASSUNTO: Acresce dispositivos à Lei  
Orgânica do Município.

AUTOR:

RELATOR: Vereador

Parecer COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Finanças e Orçamento, após procederem a análise do processo 163/2001, que **ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO**, são de parecer que o mesmo seja aprovado.

É o parecer.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2001.

  
Vereador **MÁRIO GABARDO**

1º Suplente

  
Vereador **ANTÔNIO MENIN**

2º Suplente

  
Vereador **REVELINO S. DA SILVA**

3º Suplente